



Antonio Cruz/ABR



Entre Mercadante, Dilma e Marta, o presidente do Senado recebe insígnia em solenidade dedicada ao Rei do Baião

Sarney: homenagem no Dia da Cultura

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, a Ordem do Mérito Cultural 2012. A presidente Dilma Rousseff lembrou que Sarney foi responsável pela primeira legislação federal de incentivo fiscal à produção cultural, em 1986.

Outras 40 pessoas e instituições também receberam a homenagem do Ministério da Cultura. A solenidade deste ano foi dedicada ao músico Luiz Gonzaga, que estaria completando 100 anos de nascimento e motiva uma exposição no Planalto a ser aberta ao público hoje. **2**

Senadores debatem adoções sob suspeita

Denúncias de esquemas ilegais serão discutidas em duas audiências: hoje pela Comissão de Direitos Humanos e, na segunda, pela CPI do Tráfico de Pessoas

Entre os convidados ao debate de hoje, está a ministra do STJ Eliana Calmon. Para a audiência de segunda, em Salvador, será convocada Carmem Topschall, acusada

de intermediar adoções-relâmpago no interior baiano. Também será convidado o ex-juiz de Monte Santo (BA) Vitor Bizerra. Hoje o Senado abre a *Semana de Valorização da Primeira Infância*. **8**

Associação de juízes defende, no Senado, eleições diretas em tribunais **6**

Parlamentares destacam visão futurista do marquês de Paranaguá **7**

Lia de Paula/Agência Senado



especial
Cidadania

Paciente na preparação para a cirurgia de redução de estômago no Hospital Universitário de Brasília: 77 mil foram operados em 2011

Conheça riscos e benefícios da redução de estômago

Custeadas pelo SUS e pelos planos de saúde, as cirurgias de redução de estômago para combater a obesidade e doenças

como diabetes e hipertensão quadruplicaram em 8 anos. Conheça os tipos de operação e os riscos dos procedimentos. **4 e 5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Órgão auxiliar do Congresso para a comunicação social, o CCS reúne representantes do setor e da sociedade

Conselho relata projeto sobre jornalistas

O Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS) indicou ontem relator para projeto do deputado Delegado Protógenes que prevê a federalização de

crimes contra jornalistas. José Catarino do Nascimento fará o parecer. O conselheiro Ronaldo Lemos vai relatar proposta sobre publicação de biografias. **7**

Simpósio discute desenvolvimento sustentável no Norte e Nordeste **2**

Senado e Câmara vão integrar tecnologia aplicada ao processo legislativo **2**

Proposta assegura indenização a ocupantes de terra indígena **6**



Geraldo Magela/Agência Senado

Direito quilombola à terra está ameaçado, revela debate

Só 6% da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombos está regular, diz procurador. **3**

Iris Cary, Alexandre Reis, Paulo Paim, Luiza Helena de Bairros, Leandro Mitidieri e Lilian Gomes (D) em audiência na CDH

Sarney recebe de Dilma Ordem do Mérito Cultural

Homenagem no Palácio do Planalto foi feita a 41 pessoas e instituições que contribuíram para a cultura brasileira, em solenidade dedicada a Luiz Gonzaga, que estaria completando 100 anos de nascimento

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem a Ordem do Mérito Cultural 2012, no Palácio do Planalto. A presidente Dilma Rousseff lhe entregou a insígnia da classe Grã-Cruz, como reconhecimento por contribuições à cultura brasileira. Ao todo, 41 artistas, intelectuais e instituições foram homenageados pelo Ministério da Cultura.

A 18ª edição da solenidade, que marca o Dia Nacional da Cultura, foi dedicada a Luiz Gonzaga (1912—1989), o Rei do Baião, que estaria completando 100 anos de nascimento.

Também receberam a insígnia a ministra da Cultura, Marta Suplicy, o apresentador Silvio Santos, as atrizes Marieta Severo e Regina Casé, as cantoras Elba Ramalho e Fafá de Belém, o cantor Alceu Valença, o grupo musical Olodum e o artista plástico Abelardo da Hora. Houve homenagem póstuma ao escritor Jorge Amado, à apresentadora Hebe Camargo e ao ator Mazzaropi.

Ao ressaltar o papel de Sarney na valorização da cultura brasileira, Dilma lembrou que o presidente do Senado foi responsável pela primeira legislação federal de incentivo fiscal à produção cultural: a Lei Sarney (Lei 7.505/86).

— Uma homenagem tardia, mas importante porque o senador Sarney é o precursor da Lei Rouanet — disse Dilma, grã-mestre da ordem.

A presidente ressaltou a diversidade e a riqueza cultural e destacou o legado deixado pelos agraciados.

— Esse é o momento de aplaudir personalidades que contribuíram com seus talentos para a criação cultural do país — afirmou Dilma.

Ao lado do pianista Miguel Proença, de Daniel Gonzaga (neto de Gonzagão) e de Chambinho do Acordeon, Elba interpretou *Asa Branca*, composta em 1947 por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Também foi inaugurada a exposição *O Imaginário do Rei — visões sobre o universo de Luiz Gonzaga*, mostra que

será aberta ao público hoje e reúne, no Palácio do Planalto, obras de arte criadas em torno da iconografia do Rei do Baião.

— Luiz Gonzaga ajudou o povo a conhecer seu próprio país. Ele nos deixou músicas eternas e tornou o sertão universal — disse Dilma.

Desde a criação da homenagem, em 1995, já foram condecorados mais de 500 nomes da história e das artes. Os premiados — distribuídos nas classes Grã-Cruz, Comendador e Cavaleiro — são sugeridos pela sociedade, por meio da internet, e analisados pelo Conselho da Ordem do Mérito.



Dilma entrega a insígnia a Sarney durante cerimônia no Palácio do Planalto

“Cultura é a minha causa”, diz senador

Após ser agraciado com a insígnia da Ordem do Mérito Cultural 2012, ontem, José Sarney se disse gratificado com a honraria e com o reconhecimento da sua atuação em prol da valorização da cultura. Segundo o senador, essa sempre foi sua principal causa parlamentar.

— Sinto-me gratificado e agradecido à ministra da Cultura, Marta Suplicy, e à

presidente Dilma Rousseff. Quem levantou o problema de incentivos à cultura no país fui eu, há mais de 50 anos — afirmou.

O presidente do Senado lembrou que apresentou uma série de projetos sobre cultura durante os seus mandatos como senador e deputado federal.

Sarney comemorou o prêmio anual da Ordem do

Mérito Cultural.

— É grande a felicidade, ainda mais ao ver o reconhecimento que se faz a todos aqueles artistas e produtores culturais que trabalham pela cultura do Brasil — elogiou o presidente do Senado.

A insígnia da Ordem do Mérito Cultural é uma cruz de São Tiago da Espada esmaltada de branco e perfilada de ouro.

Suplicy registra homenagem a Luiz Gonzaga e recomenda filme em cartaz

Em Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural e a inauguração da exposição sobre Luiz Gonzaga. O senador informou que esculturas, xilogravuras e até roupas relacionadas à vida e à obra do compositor popular e instrumentista estão entre os itens da mostra que

será aberta ao público hoje, no térreo do Palácio do Planalto.

O senador também elogiou e recomendou o filme *Gonzaga, de Pai para Filho*, que está na segunda semana de exibição e já levou mais de 500 mil espectadores às salas de cinema. O ator e acordeonista Chambinho do Acordeon, que participou da cerimônia no



Senador informa que a exposição será aberta ao público hoje

Planalto e no filme vive Gonzagão dos 25 aos 50 anos, foi levado por Suplicy ao Plenário.

Senado e Câmara buscam integração da tecnologia legislativa

Senado e Câmara terão 45 dias para apresentar um plano de ação que integre os recursos tecnológicos nas duas Casas e facilite procedimentos legislativos conjuntos, segundo ato assinado pelos presidentes José Sarney, do Senado, e Marco Maia, da Câmara, e publicado ontem no *Boletim Eletrônico de Pessoal*.

Segundo Marcos Aurélio Pereira, diretor da Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso, a integração vai contornar dificuldades no diálogo de sistema, mas cada Casa continuará dando um número próprio aos projetos.

— O processo legislativo não vai mudar, o que muda é o processo informacional. Os presidentes das Casas estão reagindo à demanda dos tempos — disse Pereira.

Os secretários-gerais das Mesas do Senado, Cláudia Lyra, e da Câmara, Sérgio Sampaio, serão os coordenadores dos trabalhos para a proposta de integração.

Desenvolvimento regional sustentável é tema de simpósio

Especialistas e representantes do governo federal debaterão hoje alternativas para o crescimento econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. O *6º Simpósio Amazônia: desenvolvimento regional sustentável — Regiões Norte e Nordeste* é uma iniciativa da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, com a participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Serão três mesas de debate: “Economia verde inclusiva”, “Energia e transporte” e “Agricultura, indústria e turismo”. A intenção é avaliar se o Brasil, especialmente as Regiões Norte e Nordeste, está evoluindo na busca pelo desenvolvimento sustentável.

O simpósio será realizado no Anexo 2 da Câmara dos Deputados, das 9h às 18h.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Precatórios

14h Na pauta, proposta de emenda à Constituição que amplia prazo de adesão ao regime especial de precatórios até dezembro.

PRESIDÊNCIA: Assembleia do Amapá

11h José Sarney recebe o presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Júnior Favacho, e os prefeitos de Macapá e Santana. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDC: Compras pela internet

8h30 A comissão que avalia alterações no Código de Defesa do Consumidor promove debate sobre comércio eletrônico com o vice-presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, Leonardo Palhares, entre outros.

CDR: Simpósio Amazônia

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza, em conjunto com a Comissão da Amazônia da Câmara, o *6º Simpósio Amazônia: desenvolvimento regional sustentável — Regiões Norte e Nordeste*.

CDH: “Adoção-relâmpago”

9h Comissão debate atitudes suspeitas de juízes em processos rápidos de adoção de crianças, conforme denúncia veiculada na imprensa. Entre os participantes, está a ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon.

PRIMEIRA INFÂNCIA: 5ª Semana

9h30 Cerimônia de abertura da *5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz*, que terá como tema “O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática”.

CAE: Pacto federativo

10h O relator da comissão de especialistas que analisa o pacto federativo, Evandro Maciel, fala sobre o relatório parcial entregue ao presidente do Senado, José Sarney, na semana passada.

CE: Equipamento pedagógico

11h Comissão analisa, entre outros, o projeto que institui as condições mínimas para a construção e a adequação de equipamentos pedagógicos em escolas da educação básica.

CMA: Reciclagem

11h30 Entre os 29 itens na pauta da Comissão de Meio Ambiente, está o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

CPI DA MULHER: Rio de Janeiro

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher realiza diligência em órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no Rio de Janeiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pesquisadora da UFMG diz na CDH que vários projetos de lei que já passaram ou ainda tramitam no Congresso visam restringir garantias das comunidades remanescentes de quilombos

Genildo Magalhães/Agência Senado



Ministra Luiza Bairros fala no debate da CDH, que contou com a cineasta Iris Cary (E), o diretor da Fundação Palmares Alexandre Reis, o senador Paim, o procurador Leandro Mitidieri e a professora Lilian Gomes

Debate aponta ameaça a direitos quilombolas

A CIENTISTA POLÍTICA Lilian Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez um alerta ontem, em audiência pública no Senado, para os projetos de lei que, segundo ela, visam restringir os direitos dos quilombolas a suas terras. Como exemplo, citou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere do governo para o Congresso a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas e quilombolas.

As críticas feitas pela pesquisadora da UFMG no debate, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), ecoam protestos feitos em reuniões anteriores do colegiado.

Em julho, por exemplo, o secretário-executivo do

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, disse que propostas em tramitação no Legislativo “criam ainda mais obstáculos ao reconhecimento e à demarcação de terras indígenas, haja vista o grande poder da bancada ruralista no Congresso”.

Em abril, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida declarou que as pressões pela inconstitucionalidade do Decreto 4.887/03 — que trata da titulação de terras quilombolas — refletem o “momento de triunfalismo do agronegócio”.

Duas tendências

Ao avaliar os projetos de lei sobre quilombos que passaram pelo Congresso após a Constituição de 1988 ou ainda estão em análise pelos

parlamentares, Lilian Gomes identificou duas tendências.

Na primeira, que vai até o ano 2000, teriam destaque propostas que visavam regulamentar o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse artigo concede aos quilombolas o direito às terras onde suas comunidades vivem e foi regulamentado pelo Decreto 4.887/03.

Na segunda tendência, que começou por volta de 2001 e ganhou força a partir de 2007, teriam predominância projetos que, de acordo com Lilian Gomes, apresentam uma artimanha: não são explicitamente contrários aos quilombolas, transmitindo a ideia de que querem regulamentar direitos, quando, na verdade, pretendem restringi-los.

Só 6% da área reivindicada está regular, diz procurador

Ao avaliar as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas para regularizar as terras onde vivem, o procurador da República Leandro Mitidieri lembrou que o assunto junta dois pontos cruciais no país: a questão racial e a posse da terra.

— Isso faz com que a titulação dessas terras avance menos do que poderia — disse no debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Mitidieri informou que, entre 1988 (quando foi promulgada a Constituição, que prevê direitos para os quilombolas) e 2011, foram oficializados apenas 110 títulos de propriedade para áreas dessas comunidades. Isso equivale, segundo ele, a cerca de 6% dos territórios reivindicados pelo grupo.

O procurador informou ainda que, desses 110 títulos, os governos estaduais foram responsáveis por 73%, enquanto o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responde por 27%.

O representante do Ministério Público criticou

a tributação sobre os territórios quilombolas, especificamente no caso do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Ele citou um parecer que considera essa tributação inconstitucional.

— Não pode haver uma tributação que inviabilize esse direito — protestou, comparando a regularização de terras quilombolas às ações de reforma agrária, que permitem a isenção.

Nordestinos

Também presente ao debate, a ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, afirmou que, apesar de todas as ações de governo direcionadas aos quilombolas serem importantes, “a grande questão, do ponto de vista dessas comunidades, é a fundiária”.

Segundo a ministra, estima-se que haja 1,17 milhão de quilombolas no país. Das comunidades certificadas, cerca de 60% estão no Nordeste.

A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim, presidente da CDH.

Estatuto da Igualdade Racial poderá mudar

Autor do projeto que deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, disse no debate que vai propor a reinclusão de um trecho suprimido da sua proposta durante a discussão da lei.

Segundo Lilian Gomes, o texto em questão foi eliminado na Câmara dos Deputados. Ela disse que, se não tivesse sido suprimido, o trecho asseguraria vários direitos em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), que está julgando a constitucionalidade do decreto que trata da titulação

das terras quilombolas. A ação no STF foi proposta pelo DEM.

A pesquisadora se refere ao capítulo que tinha o título “Do direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos às suas terras”. Nele, um artigo estabelecia que “o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, assegurado pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, se exerce de acordo com o disposto nesta lei”.

Também continha um

parágrafo afirmando que “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins desta lei, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

— Estão aí os elementos do grande temor daqueles que querem restringir os direitos quilombolas, como a luta contra o racismo e o direito coletivo à terra — afirmou.

Comissão visitará região dos guaranis-caiúas em Mato Grosso do Sul

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou ontem requerimento do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que o grupo acompanhe de perto a situação dos

índios guaranis-caiúas, em Mato Grosso do Sul.

A convite do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria do Amaral Azevedo, poderá

participar da visita aos índios, que vivem na região de Dourados (MS) e ameaçam resistir a ordens de desocupação.

A CDH também acatou, após o debate sobre os quilombolas, pedidos para

realização de mais três audiências públicas.

Uma delas vai debater a situação do sistema prisional brasileiro e outra discutirá a exploração sexual de crianças e de adolescentes. A terceira

vai tratar do fim do fator previdenciário e da necessidade de aumento real para aposentados e pensionistas.

As datas de realização dos debates ainda serão definidas.

Em 8 anos, reduções de estômago quadruplicam

Cirurgia leva a grande perda de peso, mas médicos advertem que operação só tem resultado duradouro quando é seguida de novo estilo de vida

Ricardo Westin

DAS QUATRO CIRURGIAS de redução de estômago autorizadas no Brasil, duas envolvem extirpar um pedaço do órgão. O estômago de um adulto comporta 1,5 litro de comida mastigada. Após a operação mais drástica, passam a caber não mais do que 80 mililitros.

O obeso operado emagrece porque seu estômago passa a ter um espaço minúsculo para a comida. A barriga fica cheia após poucas garfadas. Em meses, pessoas que antes beiravam os 200 quilos pesam metade disso.

As reduções de estômago são cada vez mais empregadas no país. De 2003 a 2011, o número anual de operados quadruplicou — saltou de 18 mil para 77 mil. O apresentador Fausto Silva e o playboy Chiquinho Scarpa figuram na lista dos famosos operados.

Combater os quilos extras não é capricho. A obesidade aumenta o risco de dezenas de doenças, muitas capazes de matar, como diabetes, hipertensão, derrame, infarto e cânceres. Dos 194 milhões de brasileiros, segundo o Ministério da Saúde, 30 milhões têm obesidade em algum grau (tipo 1, severa ou mórbida).

Último recurso

Os médicos, porém, só lançam mão da redução de estômago como último recurso. Antes de submeter o paciente ao trauma e aos riscos da operação, insistem na reeducação alimentar, na atividade física e nos remédios emagrecedores.

O técnico de enfermagem Francisco Aguiar Júnior é



Helen Gomes da Silva, 29 anos e 118 quilos, no hospital da UnB: "Gostaria de me sentir à vontade nos lugares, sem ter as pessoas me julgando"

paciente, no Hospital Universitário de Brasília, do ambulatório de preparação para a redução de estômago. Tem 33 anos e mede 1,66 metro. Para essa altura, o peso ideal vai de 51 a 69 quilos. Ele tem 130.

— Tentei tudo. Fiz a dieta da sopa, a dieta da proteína, a dieta da lua. Eu até perdia peso. O problema é que, depois de emagrecer 5 quilos, eu engordava 10 — conta.

A obesidade resulta da combinação de fatores ambientais com fatores genéticos. Os ambientais são, basicamente, o sedentarismo e a má alimentação (comer demais, nas horas erradas ou produtos ricos em açúcar ou gordura). Entre os fatores genéticos, estão as alterações no DNA que tornam o metabolismo mais lento ou que

criam uma vontade incontornável de comer o tempo todo, por exemplo.

— As alterações genéticas são mais determinantes que as ambientais. Tornam a propensão à obesidade tão forte que esses obesos, por mais que se esforcem, simplesmente não conseguem manter eventuais perdas de peso — explica o endocrinologista Waldir Coutinho, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Para que o paciente se submeta à cirurgia, o índice de massa corporal (IMC) deve ser o de obesidade mórbida (veja como calcular o IMC na página ao lado). O que tem obesidade severa (um estágio abaixo da mórbida) também pode ser operado, desde que padeça de alguma

das doenças ligadas ao peso. — Pacientes que estão apenas acima do peso me pedem a indicação formal para a cirurgia. Quase sempre são mulheres que desejam de volta a silhueta da juventude. Não dou a indicação. A redução de estômago não deve ser movida pela vaidade — afirma o senador Paulo Davim (PV-RN), que é cardiologista.

Preconceito

Como toda cirurgia, a redução de estômago envolve riscos. Em 2009, Chiquinho Scarpa quase morreu. Fora do hospital, o playboy desobedeceu a ordem médica de limitar a alimentação das primeiras semanas a líquidos tomados em pequenos goles. Os pontos do estômago se romperam e ele passou 45

dias em coma.

Os cirurgiões dizem que, com o aperfeiçoamento das técnicas, os riscos da redução de estômago já são os mesmos de uma simples retirada de vesícula. A cirurgia pode ser feita por videolaparoscopia, que troca o corte extenso no abdome por pequenos furos.

— O que é de risco não é a cirurgia. É o paciente. A obesidade aumenta os riscos de qualquer operação. Peço a meus pacientes que, antes da cirurgia, percam ao menos 10% do peso. Isso reduz a chance de complicações — diz o cirurgião Rafael Galvão, coordenador de operações bariátricas da Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

Os médicos frisam que a cirurgia só terá resultado

definitivo se vier acompanhada de novos hábitos de vida. A literatura médica tem histórias de operados que voltaram à obesidade — o estômago reduzido não impede o consumo de comida rica em gordura ou açúcar.

Outra postulante à cirurgia de redução do estômago no Hospital Universitário de Brasília, a professora de educação infantil Helen Gomes da Silva, 29 anos, 1,61 metro e 118 quilos, sonha com o momento em que não sofrerá mais preconceito:

— Enfrento constrangimento quando passo pela roleta do ônibus, compro roupa, vou à piscina. Gostaria de me sentir à vontade nos lugares, sem ter as pessoas me olhando e julgando o tempo todo.

Médicos pedem criação de filas regionais para a cirurgia no SUS

A entidade dos cirurgiões especializados em redução de estômago pediu ao Ministério da Saúde que criasse filas regionais para esse tipo de operação. Hoje, cada um dos 80 hospitais públicos habilitados tem sua própria fila. Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), a existência de várias filas cria uma série de problemas.

O primeiro são os pacientes que entram em duas filas ao mesmo tempo. Isso significa custo extra para o Sistema Único de Saúde (SUS), já que passam duas vezes pelas mesmas consultas e pelos mesmos exames.

Outro problema se refere ao mapa da cirurgia de redução de estômago no Brasil. O fato de não haver filas regionais dificulta a obtenção de dados. O Ministério da Saúde não sabe quantas pessoas são operadas pelo SUS, quantas estão na fila, qual é o tempo de espera nem qual é o estado com mais demanda.

— Esse tipo de dado é fundamental para a elaboração das políticas públicas — afirma Irineu Rasera Junior, representante da SBCBM no Ministério da Saúde.

Normalmente, as cirurgias do SUS são realizadas em hospitais estaduais, que

depois são reembolsados pelo governo federal.

O médico Orlando Pereira Faria, um dos diretores da SBCBM, diz que o fato de haver uma fila em cada hospital abre caminho para o apadrinhamento:

— Quem conhece uma pessoa influente no hospital pode acabar sendo favorecido indevidamente.

Para a chefe do programa de obesidade do Hospital Universitário de Brasília, Marilene Dias, a existência de várias filas acaba prejudicando uma parte dos pacientes. Ela dá um exemplo: — Em Brasília, a cirurgia é feita por um hospital federal,

que é o nosso, e por um hospital distrital. Quem se inscreve na nossa fila leva mais tempo para ser operado, porque enfrentamos greve e falta de verba.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que é médico e foi ministro da Saúde, apoia a mudança proposta:

— As regras ainda estão em construção porque a cirurgia de redução de estômago é relativamente recente no SUS.

Procurado pelo **Jornal do Senado**, o Ministério da Saúde afirmou que a mudança nas filas não está em discussão no momento. No mês passado, a pasta anunciou novidades nas reduções de

estômago realizadas no SUS, como a redução da idade mínima do paciente (de 18 para 16 anos), a adoção de técnicas cirúrgicas mais modernas e o aumento do valor pago aos hospitais públicos.

Saiba mais

Calcule seu índice de massa corporal (IMC)
<http://bit.ly/calculolIMC>

Mitos e verdades da cirurgia de redução de estômago
<http://bit.ly/mitosCirurgia>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Como está o seu peso?

É o índice de massa corporal (IMC) que mostra se uma pessoa está abaixo ou acima do peso ideal. Para calculá-lo, é preciso utilizar uma fórmula simples

$$IMC = \text{peso} \div [\text{altura} \times \text{altura}]$$

Exemplo de pessoa com peso de 105 kg e altura de 1,80 m:

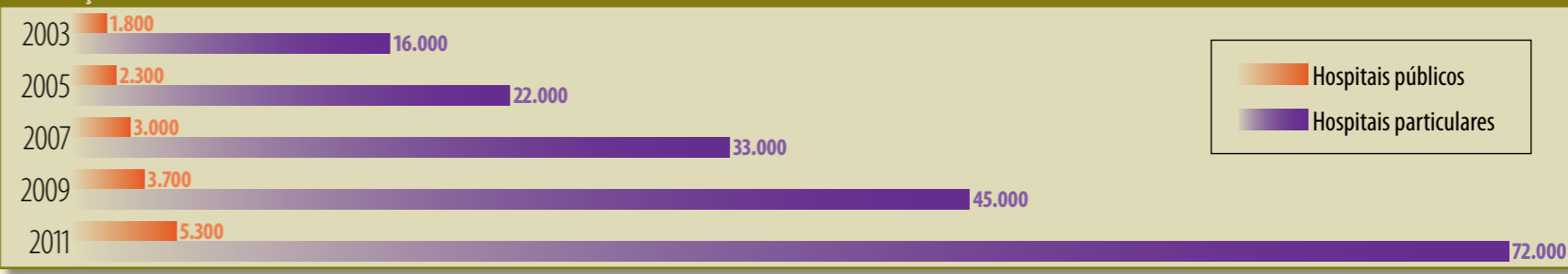
$$IMC = 105 \div [1,80 \times 1,80] = 105 \div 3,24 = 32,4 \text{ (obesidade tipo 1)}$$

IMC	Classificação
até 18,5	baixo peso
de 18,6 a 24,9	normal
de 25 a 29,9	sobrepeso (pré-obesidade)
de 30 a 34,9	obesidade tipo 1
de 35 a 39,9	obesidade tipo 2 (severa)
a partir de 40	obesidade tipo 3 (mórbida)

A pessoa com IMC de 35 a 39,9 só pode submeter-se à cirurgia de redução de estômago se tiver alguma doença grave relacionada ao excesso de peso, como diabetes, insuficiência cardíaca e apneia obstrutiva do sono.

A pessoa com IMC a partir de 40 pode submeter-se à cirurgia de redução de estômago.

AS REDUÇÕES DE ESTÔMAGO NO BRASIL



Fonte: Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica

“Hoje entro no manequim 42 feliz da vida”, diz ex-obesa

A jornalista Janete Leão Ferraz, de 53 anos, lança hoje **Jornal do Senado**:

De Top Model a Ex-Obesa: uma relação íntima com a balança (Ferraz&Cortella Editora), sua autobiografia. Se ela agora tem 76 quilos, os créditos devem ser dados à redução de estômago realizada oito anos atrás. Quando entrou no centro cirúrgico, pesava 135 quilos. A seguir, trechos do

depoimento dado por Janete ao **Jornal do Senado**:

“Nos anos 1980, fui modelo de passarela. Era magérrima. Com 1,80 metro, eu pesava 50 quilos. Na gravidez, aos 24 anos, engordei 9 quilos e 15 dias depois de dar à luz já tinha voltado a usar biquíni.

Na época, eu morava em Ilhabela, no litoral paulista, e levava uma vida totalmente

saudável. Os problemas começaram a aparecer quando me mudei para São Paulo e passei a trabalhar como repórter numa revista. Como não conseguia mais fazer tanta atividade física, comecei a engordar.

O estopim foi um câncer na tireoide. O órgão precisou ser retirado. Após a cirurgia, fiquei deprimida. Me deram um antidepressivo que tirava o limite da saciedade da fome. Engordei 45 quilos em dois meses.

Eu passei a comprar mais sapatos e joias. Mulher gorda tem sempre um belo brinco, uma bela echarpe ou um belo sapato. Ela se concentra nisso porque as roupas simplesmente não cabem.

Me lembro de uma vez em que levei uma fechada no trânsito. Na hora em que emparelhei com o carro para reclamar, a jovem que dirigia abriu o vidro e gritou: “E ainda por cima é gorda!”. Foi horrível. Parecia uma



Capa do livro que a jornalista Janete Leão Ferraz lança hoje, em São Paulo

tampa de buéiro caindo na minha cabeça.

Tentei todas as dietas que você pode imaginar. Até chá de cocô de gato eu tomei. No desespero, você perde a noção da realidade e arrisca tudo. Somando todos os períodos em que passei em spas, emagreci 350 quilos. Eu emagrecia, mas logo depois engordava de novo. Na frente

do marido e dos filhos, eu fazia dieta. À noite, comia doce escondida. Não conseguia me controlar. Quando você chega a um estágio da obesidade, as dietas não resolvem mais.

Cheguei aos 135 quilos tendo diabetes, pressão altíssima e dores no pé insuportáveis.

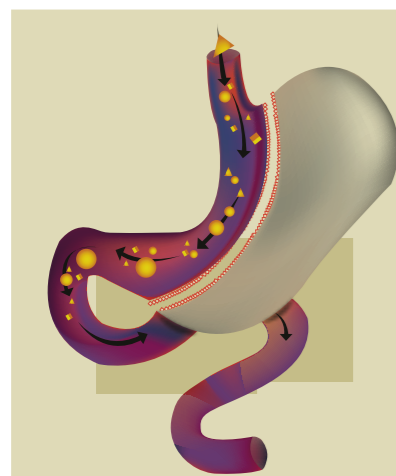
Oito anos atrás, tomei coragem e busquei a cirurgia de redução de estômago. Minha vida mudou completamente. Passei a comer muito menos e com mais qualidade. Não troco minhas saladas por nada.

Até acompanho meu marido na churrasqueira de vez em quando, mas pego só um pedacinho de alcatra. Voltei a praticar esportes. Me curei da diabetes, da hipertensão e das dores.

Depois que emagreci, doe todas as minhas roupas de gorda. Queimei uma delas, imensa, a que eu mais odiava. Hoje entro no manequim 42 feliz da vida.”

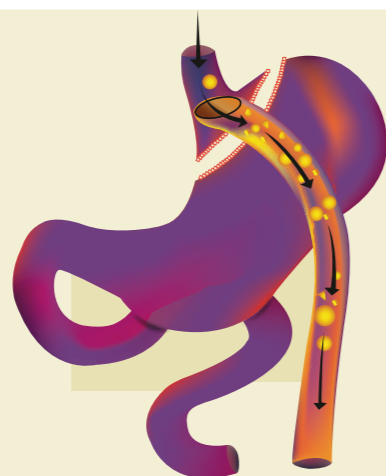
Tipos de cirurgia autorizadas no Brasil

Das quatro operações bariátricas, duas extirpam parte do estômago; a mais drástica reduz a capacidade do órgão de 1,5 litro para, no máximo, 80 ml



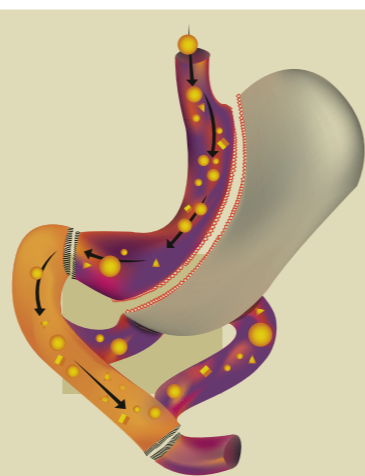
Gastrectomia vertical

A maior parte do estômago, de 70% a 80%, é extirpada. O pedaço que permanece, pequeno, tem a forma de um tubo. Por causa da redução do estômago, a pessoa, ao se alimentar, rapidamente fica com a sensação de estar cheia.



Grampeamento do estômago com desvio intestinal

O estômago é dividido em dois por grampeamento. Já que apenas o pedaço menor recebe o alimento, não há espaço para que a pessoa coma muito. Do estômago reduzido, cria-se um atalho para um trecho um pouco mais avançado do intestino delgado, o que favorece a liberação de hormônios da saciedade.



Duodenal switch

É a associação da gastrectomia vertical com o desvio intestinal. Primeiro, retira-se 85% do volume do estômago. Depois, cria-se um grande atalho até uma porção mais avançada do intestino delgado. Por causa do mínimo contato com o intestino e suas enzimas, as calorias do alimento são pouco absorvidas pelo organismo e boa parte delas acaba sendo eliminada nas fezes.



Banda gástrica ajustável

Uma faixa de silicone é colocada ao redor do estômago, como um cinto. O órgão, estrangulado, ganha forma de ampulheta, e o alimento passa a conta-gotas. A faixa é regulável. Em seu interior, há água destilada. Aspirando-se líquido, o cinto fica mais frouxo e o alimento passa mais rapidamente. Injetando-se líquido, fica mais apertado e o alimento passa mais lentamente.

Ocupantes de terra indígena podem ter indenização

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã proposta que obriga a União a indenizar quem tem títulos de domínio de terras indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição federal.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 71/11) entra na pauta de votações da CCJ uma semana após a Comissão de Direitos Humanos (CDH) ter debatido o conflito entre fazendeiros e índios guaranis-caiuás em Dourados (MS).

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), deu parecer favorável, argumentando que a proposta vai garantir tanto os direitos dos índios como os dos possuidores de títulos de domínio regularmente expedidos.

Atualmente, pela Constituição, a única hipótese de cobrança do poder público admitida pelo texto constitucional refere-se a benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. A PEC, de Paulo Bauer (PSDB-SC), propõe que a indenização deve ser tanto pelo valor da terra nua quanto pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Na justificativa da proposta, Bauer afirma que a própria Constituição apresenta o direito de propriedade como pilar do estado democrático de direito.

Após exame da CCJ, a PEC 71/11 segue para dois turnos de votação no Plenário do Senado. Se aprovada, será enviada à Câmara dos Deputados, onde também precisa passar por dois turnos de votação em Plenário.

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros afirma no Senado que é preciso democratizar a direção e a gestão dos tribunais, ampliando o direito de voto, que hoje se restringe a desembargadores



Eunício Oliveira (E) fala durante sessão especial em homenagem aos 63 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros

Juízes defendem eleição direta em tribunais

A PARTICIPAÇÃO DE todos os juízes nas eleições para cargos de direção dos tribunais de Justiça foi defendida ontem durante sessão especial do Senado em homenagem aos 63 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O próprio presidente da AMB, Nelson Calandra, disse que é preciso democratizar a direção e a gestão dos tribunais. Para ele, não é possível que apenas desembargadores tenham o direito de escolher quem vai dirigir os tribunais.

A inclusão dos demais juízes na eleição é prevista em duas propostas de emenda à Constituição — as PECs 15/12, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e 187/12, do deputado Wellington Fagundes (PR-MT). Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apoiou ambas.

Calandra defendeu a adoção de mecanismo que impeça a ofensa aos magistrados e à corte. Ele lembrou que, em outros países, quem agride magistrado ou despreza o

conselho de sentença perde a licença para advogar e recebe multa imposta pelo próprio juiz no instante da ofensa.

Ana Amélia (PP-RS) falou sobre 182 juízes que trabalham sob ameaça no país. Citando o jornal *Zero Hora*, ela disse que apenas 60 deles têm escolta. Para a senadora, é uma questão muito preocupante, que requer atenção do Senado. Ana Amélia frisou que esses magistrados sob ameaça precisam de garantia institucional e proteção à vida.

Linha de frente

Autor do requerimento de homenagem à AMB, Eunício Oliveira (PMDB-CE) lembrou que a entidade “se postou na linha de frente” dos eventos mais importantes da história recente do país. O parlamentar citou como exemplos desse protagonismo a luta contínua pela independência do Poder Judiciário, a participação ativa na elaboração da Constituição de 1988, com a conquista de

prerrogativas da maior importância para a Justiça e para a magistratura, e as campanhas contra o nepotismo e em favor das eleições diretas e limpas.

Eunício apontou o interesse da AMB na discussão das reformas em tramitação no Congresso, como as alterações no Código Penal. O senador, que é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, disse que a AMB representa mais de 14 mil magistrados e 36 associações regionais, espalhadas por todas as 27 unidades da Federação.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou um agravamento da desvalorização dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ao mesmo tempo, disse o senador, o Brasil constata uma hipertrofia do Executivo, que, afirmou Mozarildo, “legisla mais do que o Legislativo e que, muitas vezes, por mecanismos dos mais diversos, tenta interferir nas decisões do Judiciário”.

Alvaro aponta descaso com o fundo Aerus

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de descaso com aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, que reúne trabalhadores das antigas companhias aéreas Varig e Transbrasil. Ele disse que o dinheiro público tem sido “oferecido generosamente” para a construção de estádios de futebol, lembrando a aprovação recente, no Senado, de empréstimo de R\$ 240 milhões para obras no Maracanã, no Rio de Janeiro, com aval da União. Já os aposentados e pensionistas do Aerus seguem sem receber benefícios.

— Essa tortura imposta ao aposentados do Aerus precisa cessar — afirmou.

Alvaro ressaltou que há sete anos denunciou o descaso do governo.

Mozarildo cita congresso maçônico na Bahia

O 28º Congresso Maçônico do Grande Oriente do Estado da Bahia, realizado em Juazeiro entre os dias 1º e 4 de novembro, foi citado ontem em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que participou do evento como palestrante.

O senador apresentou um breve histórico do Grande Oriente da Bahia, destacando o papel pioneiro desempenhado pela loja na consolidação da Maçonaria no Brasil.

— A história do Grande Oriente da Bahia é de entusiasmo, de estoicismo, de humildade, de amor e de tantas outras virtudes. Assim como a história do Brasil, que lutou para transpor barreiras e tornar-se grande e respeitado. Isso só nos honra e enche de orgulho — disse.

CPI da Violência contra a Mulher vai ao Rio de Janeiro

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a violência contra a mulher faz diligências esta semana para averiguar a situação nos órgãos responsáveis pelo atendimento às mulheres

vítimas de violência no Rio de Janeiro.

Amanhã a comissão fará audiência pública na Assembleia Legislativa do estado para ouvir gestores públicos e representantes do

Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de movimentos sociais e da sociedade civil. Ontem os trabalhos começaram com visitas à Delegacia Especializada de Atendimento à

Mulher e ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher. A programação da semana inclui também reunião com o governador, Sérgio Cabral, e visita à Casa Abrigo Lar da Mulher.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

João Alberto aponta amadurecimento da democracia brasileira



Pedro Franco/Agência Senado

As eleições municipais ocorreram em clima de tranquilidade democrática, segundo João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele disse ontem que isso representa o alto grau de amadurecimento da democracia.

— Que bonita prática de cidadania, sem nenhuma interferência externa ao pleito — elogiou o senador.

João Alberto lembrou os tempos de ditadura militar (1964—1985), em que não havia liberdade política, e enalteceu José Sarney (PMDB-AP) pelo papel na redemocratização do país, quando assumiu a Presidência da República. Também elogiou a presidente Dilma Rousseff por reduzir os índices de pobreza por meio de programas sociais.

João Costa defende maior valorização do Poder Legislativo



Moneira Matiz/Agência Senado

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem usurpado a competência de legislar do Congresso, afirmou João Costa (PPL-TO). O senador disse que, em abril, quando o STF considerou que não há crime no aborto de fetos anencefálicos, impediu um debate sério da sociedade sobre o assunto.

— Os parlamentares são legitimados pelo povo para legislar e o povo tem soberania de decidir os assuntos da nação. Ao reconhecer as uniões homoafetivas no ano passado, o STF impôs um ponto de vista não compartilhado pelo povo — disse.

Mesmo ressaltando que é contrário ao nepotismo, Costa também disse que o STF não poderia tratar do assunto, como o fez em 2008.

Indicado relator para proposta que federaliza crimes contra jornalistas

Representante dos radialistas no Conselho de Comunicação do Congresso, José Catarino do Nascimento analisará projeto do deputado Protógenes

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso (CCS) escolheu ontem o relator do projeto de lei que propõe a federalização de crimes contra a atividade jornalística. Representante dos radialistas no órgão, José Catarino do Nascimento apresentará o parecer para análise do grupo na próxima reunião, agendada para 3 de dezembro.

De autoria do deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), o PL 1.078/11 dispõe sobre a participação da Polícia Federal na investigação de casos em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes em crimes contra a atividade jornalística.

Um dos pontos que devem aparecer no relatório de Nascimento é a sugestão para que Protógenes altere o texto no sentido de abarcar os crimes que envolvam todos os profissionais que trabalham com jornalismo, como locutores, cinegrafistas, fotógrafos e radialistas, entre outros.

O CCS também indicou na reunião de ontem o representante da sociedade civil, Ronaldo Lemos, para relatar proposta



Dom Orani (D) preside o conselho, que tem Fernando Cesar (E) como vice

do deputado Newton Lima (PT-SP). O texto (PL 393/11) altera o tratamento legal à publicação de biografias no país.

EBC

Foi concedida vista a dois itens da pauta, que devem ser retomados na próxima reunião: decisões tomadas pelo Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e relatório sobre regulamento da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

No que se refere à EBC, o coordenador da comissão temática que analisa a relação do CCS com a estatal é o re-

presentante das empresas de imprensa escrita, Alexandre Kruehl Jobim.

Ele opinou que não cabe ao CCS examinar o mérito dos atos de criação e estruturação da EBC. Avaliou, no entanto, que é de responsabilidade da empresa enviar ao Conselho de Comunicação todas as decisões e atas.

O opinião gerou debate entre os conselheiros, que discutiram se é prerrogativa do CCS analisar e posicionar-se sobre toda e qualquer decisão da EBC.

O representante das empresas de rádio, Walter Vieira Ceneviva, sugeriu que sejam

emitidos pareceres apenas sobre as decisões do Conselho Curador da EBC que tratem de temas afins às prerrogativas do CCS. O tema voltará a ser analisado na próxima reunião.

Composição

Criado pela Constituição de 1988, o CCS funciona como órgão auxiliar do Congresso na elaboração de estudos, pareceres e recomendações, entre outras solicitações dos parlamentares, sobre assuntos relacionados à comunicação e à liberdade de expressão.

Composto por 13 membros titulares e 13 suplentes, o CCS reúne integrantes de veículos de comunicação e de categorias profissionais, além de cinco representantes da sociedade.

Tem como presidente o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta, e como vice, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita.

Os conselheiros se reúnem toda primeira segunda-feira do mês no Senado e não recebem remuneração pela atividade.

Conselho de Comunicação poderá promover debates públicos

O conselheiro Gilberto Leifert apresentou, na reunião de ontem, proposta de alteração do regimento interno do CCS para que o órgão possa ouvir a sociedade por meio de audiências públicas.

Segundo ele, os debates poderão contribuir para “o melhor ordenamento dos trabalhos, de maneira democrática,

respeitando o contraditório e permitindo, assim, que a sociedade civil possa participar das atividades do colegiado”.

O relator sobre mudanças regimentais no CCS, Miguel Ângelo Cançado, disse, no entanto, não ter tido tempo para analisar o texto sugerido por Leifert. Com isso, a decisão sobre eventuais alterações no

regimento acabou adiada para a próxima reunião do órgão, em 3 de dezembro

Cançado adiantou ter identificado uma ilegalidade nas atribuições do CCS. Pela lei, o órgão deve atender apenas as solicitações do Congresso

Contudo, de acordo com o regimento interno, qualquer membro do conselho, do Poder

Executivo e de entidades da sociedade civil pode pedir ao CCS que analise questões relativas à comunicação social.

— A minha proposta foi simplesmente trazer a verdade, a legalidade novamente ao conselho. Isso não quer dizer, todavia, que estou querendo restringir a atuação do conselho — disse.

Senadores debatem proteção do consumidor que compra pela internet

Representantes do Google Brasil, da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, do Instituto Brasileiro de Defesa

do Consumidor (Idec) e do Procon/SP debatem, às 8h30 de hoje, a proteção dos consumidores que fazem compras

pela internet. O encontro é promovido pela comissão temporária que estuda a modernização do Código de Defesa

do Consumidor, presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e que tem como relator Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Parlamentares destacam ações do marquês de Paranaguá

Em sessão solene do Congresso para lembrar o centenário da morte de João Lustosa da Cunha, o marquês de Paranaguá (1821—1912), parlamentares destacaram a visão futurista do político.

Para o senador Wellington Dias (PT-PI), que assinou o requerimento para a homenagem com o deputado Paes Landim (PTB-PI), merecem destaque o empenho do marquês em transformar as

agruras do nordestino em grandes questões que exigem solução nacional e a luta pela sensibilização para o

problema da seca, da miséria e da pobreza no Nordeste.

Nascido no Piauí, o marquês foi um dos mais ilustres

políticos brasileiros e eminente homem público do Piauí no 2º Reinado (1840—1889). Deputado na Assembleia Geral de

1850 a 1864, foi eleito senador vitalício em 1865, cargo que ocupou até a queda do Império. Acumulou a atividade com a de presidente das províncias do Maranhão, Pernambuco e Bahia e a de ministro do imperador dom Pedro II, tendo sido titular da Justiça, da Guerra, da Fazenda, além de presidente do Conselho de Ministros. Nomeado conselheiro de Estado, foi ainda ministro dos Negócios Estrangeiros.



Moneira Matiz/Agência Senado

Wellington Dias (E) participa da homenagem do Congresso no centenário de morte do político piauiense

Ana Amélia critica MP que regula o setor elétrico



Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que a Medida Provisória 579/12, que define regras de concessão do setor elétrico, gera insegurança porque não há clareza sobre a desoneração necessária.

— Nossa energia ainda é uma das mais caras do mundo. Diversas empresas que vieram investir no Brasil estão avaliando se ainda é vantajoso manter plantas ou investimentos — alertou.

A senadora disse que a “luz vermelha” do setor elétrico tem sido acesa com os apagões recentes e comunicou a apresentação de emendas à MP 579/12, incluindo proposta de destinar 30% da energia velha das usinas que terão as concessões prorrogadas para o mercado livre, por leilão.

A senadora disse que a “luz vermelha” do setor elétrico tem sido acesa com os apagões recentes e comunicou a apresentação de emendas à MP 579/12, incluindo proposta de destinar 30% da energia velha das usinas que terão as concessões prorrogadas para o mercado livre, por leilão.

Paim: “Transporte coletivo é caro e pouco confiável”

A mobilidade e a acessibilidade urbanas no Brasil foram criticadas ontem por Paulo Paim (PT-RS). Ele pediu atenção ao transporte coletivo, que é “ruim, caro e pouco confiável”.

— Se tivéssemos um excelente transporte coletivo, as pessoas não usariam seu carro todo dia para seus deslocamentos — afirmou.

O senador lembrou que, em países desenvolvidos, há a cultura de usar transporte coletivo e bicicletas. Mas no Brasil, disse, engarrafamentos viraram rotina nas grandes cidades. Com dados do Ibope, Paim informou que, em 2008, 63% dos moradores de São Paulo gastavam entre 30 minutos e três horas no deslocamento para estudo ou trabalho.

Ele destacou que o governo pretende investir em veículos leves sobre trilhos para amenizar os problemas.

Audiências discutem casos de adoções sob suspeita

Senadores da Comissão de Direitos Humanos e da CPI do Tráfico de Pessoas começam a examinar denúncias de esquemas ilegais de adoção no país, especialmente de crianças do sertão da Bahia

OS SENADORES COMEÇAM a examinar nesta semana as denúncias de esquemas ilegais de adoção no país. Em audiência pública, a partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje a participação de juízes em processos sumários de adoção que, segundo denúncias, foram decididos repentinamente.

A sugestão foi de Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, como resposta sobretudo a um caso envolvendo cinco crianças de uma mesma família em Sento Sé, no sertão da Bahia. No caso, denunciado pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, cinco filhos do casal Silvana e Gerônimo da Silva foram retirados dos pais pela polícia e entregues a quatro casais de São Paulo para adoção.

O juiz Vitor Manoel Xavier Bizerra ordenou as adoções em processo que durou apenas um mês. Outras quatro adoções ilegais foram

reveladas desde a divulgação da reportagem do *Fantástico*.

Na próxima segunda-feira, o caso voltará a ser debatido pela CPI do Tráfico de Pessoas em audiência em Salvador, proposta por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Davim (PV-RN).

Participantes

Para o debate de hoje na CDH, Paim sugeriu a participação da ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ex-corregedora nacional de Justiça.

Foram também convidadas a presidente do Grupo de Apoio à Adoção De Volta para Casa, Sandra Amaral, e a presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, Maria Bárbara Toledo Andrade e Silva, entre outros.

Para a audiência em Salvador, a CPI aprovou a convocação compulsória de Carmem Kieckhofer Topschall, suposta

intermediária das adoções em Sento Sé, e convites para Luiz Roberto Cappio, atual juiz de Monte Santo (BA), e Vitor Manoel Xavier Bizerra, antigo juiz do município.

Foram ainda convidados Luciano Taques Ghignone, promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia, e Isabella da Costa Pinto, advogada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca-BA).

Infância e paz

Também hoje ocorre a abertura da 5ª edição da *Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz*, que terá como tema “O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática”.

O evento vai até quinta-feira, sempre a partir das 9h30, no Auditório Petrônio Portella do Senado, com participação de especialistas do Brasil e do exterior nas áreas de saúde materno-infantil e educação.

Ângela pede ações contra o tráfico de pessoas em Roraima



O problema do tráfico internacional de pessoas em Roraima exige mais ação policial nas fronteiras com países como Guiana e Venezuela, cobrou Ângela Portela (PT-RR). A senadora citou matéria do jornal *Folha de Boa Vista* com detalhes sobre a rota e o funcionamento do tráfico para a Guiana.

Ela apoiou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que, na CPI do Tráfico de Pessoas, defendeu a criação de uma lei específica sobre o tema.

— Devemos mostrar a esses criminosos que um país decente se faz com punição a todo tipo de crime, particularmente os hediondos, como o tráfico de pessoas, seja de crianças, adolescentes, mulheres ou homens — disse.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu “uma política decente para nossas fronteiras” e defendeu políticas sociais para atendimento às pessoas vulneráveis ao tráfico.

Cristovam aponta tolerância à exploração sexual de crianças



É lamentável que o Brasil continue sendo um país de exploração sexual de menores e que esse fato seja “quase oficialmente” tolerado, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador destacou denúncia do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada no domingo, mostrando que crianças índias do Amazonas trocam a virgindade por R\$ 20 ou por presentes como bonecas e chocolates.

— É insuportável que o Brasil, sexta economia do mundo, continue com essa imagem. A gente não vê uma ação forte para enfrentar esse problema — disse.

Cristovam criticou o fato de a questão ser tratada em diversos ministérios, pois, “quando se tem muitas entidades trabalhando, nenhuma trabalha”. Segundo o senador, nenhum dos últimos governos do país deu a atenção devida ao assunto.

Requião defende integração latino-americana

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que países latino-americanos precisam de



união para superar a crise econômica global. O senador relatou participação em dois encontros internacionais, no México e no Peru, frisando que, para economistas, países da América Latina precisam romper a dependência com “países imperiais” e caminhar com as próprias pernas.

Requião afirmou que Estados Unidos, China e países da Europa estão tentando exportar o desemprego por meio de cortes de gastos públicos e desvalorização da moeda, para importar menos e exportar mais. Segundo ele, medidas “quebra-galho” adotadas pelo Brasil precisam ser substituídas.

Acre é premiado pela Opas por combate à malária

Anibal Diniz (PT-AC) comunicou que nos próximos dias participará em Washington (Estados Unidos) de evento promovido pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que irá premiar as práticas mais eficientes no combate à malária. Uma delas foi desenvolvida pelo governo do Acre, que conseguiu reduzir a incidência da doença a partir de 2011 ao combater o mosquito transmissor com o uso de um mosquiteiro medicinal que repele e elimina o inseto.

O senador também destacou que o governador do estado, Tião Viana, está nos Estados Unidos para discutir projetos de infraestrutura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird).

Ferraço condena mudança de regra para royalties de petróleo



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) voltou a criticar a possibilidade de alteração de regras já firmadas em contratos de exploração de petróleo. O projeto de redistribuição dos royalties do petróleo deve ser votado pela Câmara hoje.

— Quero crer que o bom senso será retomado e nós possamos ver a Câmara votar um projeto que trate de partilhar os royalties de licitações que não foram feitas — disse, lembrando também recentes declarações da presidente Dilma Rousseff contrárias à violação de contratos.

Wellington Dias prevê “riqueza excepcional” com novas regras



Wellington Dias (PT-PI) disse esperar que a votação das novas regras para o pré-sal, agendada para hoje na Câmara, consagre a ideia de que “o petróleo pertence ao povo brasileiro” e permita fazer os investimentos necessários ao bem-estar das gerações futuras. Ele explicou as vantagens do regime de concessões, que será benéfico para as relações internacionais do país.

— O Brasil passa a concentrar o armazenamento de petróleo e tem a opção de vendê-lo, por uma estratégia de país, para quem lhe convier — afirmou.

Romero Jucá propõe 50% dos recursos do pré-sal à educação



Romero Jucá (PMDB-RR) pediu à Câmara dos Deputados prioridade na votação do projeto de redistribuição dos royalties do petróleo, aprovado pelo Senado no ano passado. Ele defendeu a destinação de 50% dos recursos dos royalties para a educação, de maneira a garantir que o país atinja a meta de investimento de 10% do produto interno bruto (PIB) na área.

— Sem uma educação forte, as mudanças demorarão mais. Queremos uma educação de qualidade para que o Brasil possa progredir ainda mais — disse.